

# A Revolução Francesa e a nossa Brasília

» VALDIR OLIVEIRA

Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

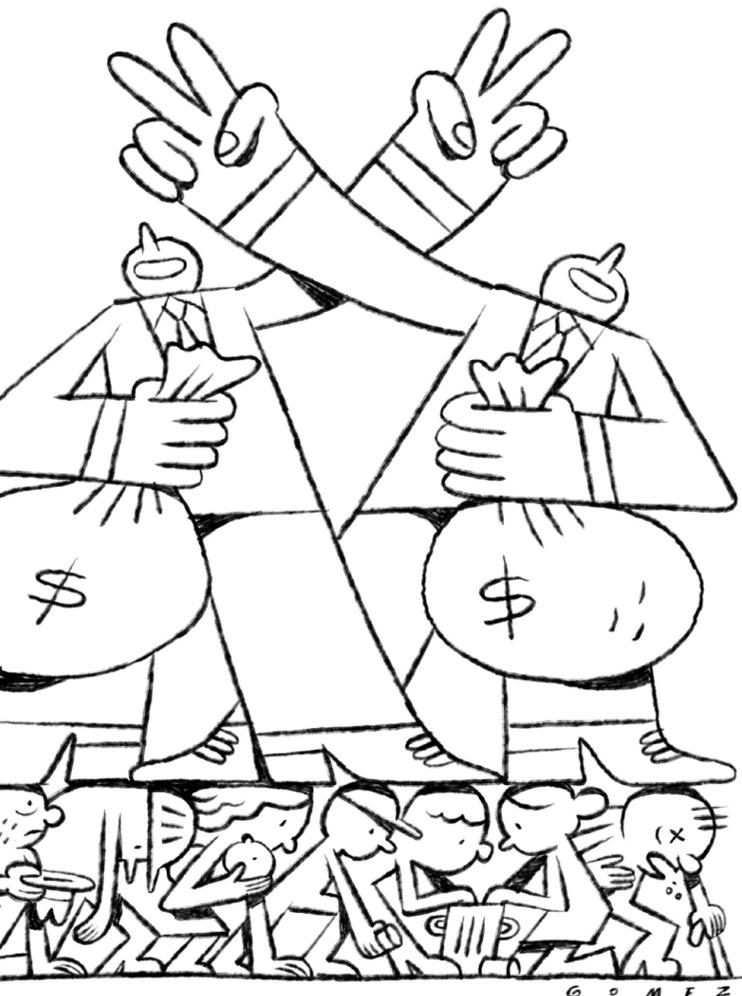
A França do século 18 era a representação do que chamamos de antigo regime, uma sociedade aristocrática com o controle centralizado nas mãos de um monarca. A estrutura política e social da França, naquele período, era baseada na ordem, onde cada coisa existia por um motivo específico e deveria cumprir o seu papel. Isso era refletido na sociedade. Cada grupo social tinha uma posição, e o objetivo era manter a ordem sem criar abalos para a estrutura política e social vigente.

O Estado na França do século 18 era dividido em três partes: a monarquia e o clero; a nobreza; e os camponeses e a pequena burguesia, onde a filosofia de manutenção da ordem não permitia mobilidade entre os grupos. Disso decorria que nenhum camponês ou pequeno burguês pudesse migrar para a nobreza e permanecia apenas cumprindo o seu papel de manutenção do Estado e da estrutura político-social vigente.

O Iluminismo, movimento surgido no mesmo século, trouxe a valorização da razão em detrimento da fé e a crítica ao absolutismo. Esse movimento fez chegar às classes mais vulneráveis, camponeses e a pequena burguesia, questionamentos sobre os privilégios dados ao clero, à monarquia e à nobreza. O que se debatia era o porquê do sustento dos privilégios aos mais favorecidos ser custeado pelos impostos dos menos favorecidos. E assim surgiu a base de revoltas que culminou com a Revolução Francesa, a mãe de todas as revoluções.

O ICMS é um imposto de competência do Governo do Distrito Federal (GDF) que incide no consumo. A sua característica de recair sobre as mercadorias, sem observar o contribuinte, o torna cruel quando iguala pobres e ricos na mesma alíquota. Se o cidadão de renda baixa procurar realizar o sonho de uma televisão nova nesse natal, pagará o mesmo ICMS que o cidadão mais rico, de renda maior.

Este ano, o GDF aumentou o que chamamos de alíquota modal do ICMS de 18% para 20%, o que ocasionou um aumento generalizado de impostos que incidirão sobre os produtos consumidos no Distrito Federal. O impacto perverso dessa ação é saber que aqueles que lutam pela sobrevivência vão arcar com os recursos para cobrir o anunciado déficit orçamentário que garante obras e serviços públicos. Essas mesmas obras que privilegiam aqueles que têm carro em detrimento dos menos favorecidos, os quais dependem de transporte público ou que ainda



não conseguiram o emprego para o sustento de suas famílias. É o imposto dos mais pobres pagando o privilégio dos mais ricos no DF.

Recentemente, vi o anúncio da isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Distrito Federal para os carros elétricos. Para estimular a descarbonização, o GDF direciona a isenção para carros que podem custar mais de meio milhão de reais. Enquanto isso, os que não têm carros sofrem aumento da carga tributária no consumo do seu dia a dia, com o aumento da alíquota modal do ICMS para muitos produtos consumidos. Mais uma vez, os mais pobres pagando pelo privilégio dos mais ricos.

A França do século 18 enfrentou uma crise fiscal e outra climática que impactaram o agronegócio, base da sua economia. A solução apresentada ao Rei Luís 16 pelo ministro da Fazenda à época, Charles de Calonne, foi o aumento de impostos. A situação dos mais pobres na França piorou com a fome. A crise climática fez subir o preço do pão, produto básico na alimentação dos mais pobres. O comprometimento da renda dos menos favorecidos com o pão chegou a 80%. Imagine o que é separar 80% da sua renda apenas para garantir o básico da

alimentação da sua família. A fome e o aumento de imposto foram o estopim para a revolta das camadas sociais mais vulneráveis contra a monarquia absolutista que resultou na Revolução Francesa.

A sociedade pressionada pela opressão e o abandono do Estado na defesa de seus interesses, principalmente no atendimento às necessidades mais básicas, é a receita para uma revolução. Não cabe mais, nos dias de hoje, uma revolução armada, com violência. A democracia oferece para a sociedade o voto como sua principal arma de combate. Governo que não atende às pessoas não serve para ser governo. Os ciclos se repetem, e aqueles que não aprendem com a história padecem na soberba, pecado capital dos que detêm o poder.

Que a insensibilidade de Luís 16 não se repita na nossa Brasília. Os menos favorecidos esperam o tratamento empático de quem detém o poder. Caso contrário, terão como resposta a dura consequência da democracia, na forma de derrota eleitoral, uma revolução contemporânea, sem mortos, sem derramamento de sangue, mas impondo à soberba e aos insensíveis a resposta de quem sonha com uma Brasília socialmente mais justa.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Ler o mundo

Desde os tempos da Grécia Clássica (século 5 a.C.), os filósofos admitiam que a única hipótese para que um Estado fosse voltado totalmente para a realização e o benefício real de seus cidadãos era entregar o governo e a gestão de cidades a pessoas instruídas e sábias. Os dirigentes que Platão gostaria de ver governando adequadamente um Estado eram os filósofos, especialmente capacitados, escolhidos livremente por seu caráter e por sua incorruptibilidade e, assim, por terem uma compreensão mais profunda e acurada da realidade, em comparação às pessoas comuns.

Desde aqueles tempos, havia uma ideia de que governar uma República, onde os bens do Estado são de domínio público, não era uma tarefa de fácil desempenho, e, portanto, deveria ser delegada apenas às pessoas com instrução e com os necessários preparos. Ao longo da história humana, é fácil perceber que, fora dessa fórmula, os resultados foram sempre catastróficos para a população.

Reis, generais e outros líderes que buscavam compensações materiais por meio de invasão e anexação de mais territórios, com a submissão e a escravidão dos povos vencidos, conseguiram, por sua ganância desmedida, tornar a vida de seus cidadãos um martírio sem fim, com guerras e muito derramamento de sangue.

A sabedoria, aqui, pressupõe governar sob a orientação dos valores do humanismo, reforçados com boa dose de espírito cristão. É a falta desses atributos humanos que identificamos ainda no mundo hodierno. Buscando a raiz dos conflitos que hoje flagelam parte da humanidade, vemos com mais clareza que a maioria das nações em crise é, em sua grande maioria, governada por indivíduos ou grupos distantes das virtudes do saber. Tem sido assim mundo afora, e é assim também no Brasil de hoje.

Interpretar o entorno imediato, e, conseqüentemente, o mundo ao redor, exige boa dose de sabedoria e discernimento. Nesse contexto, vale, para aqueles que conhecem ou se interessam pela história, um pouco dos fatos que nos levam do passado ao presente, deixando claro o que se passa agora no conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas.

Em 1947, a ONU, recém-criada, fez uma proposta de partilha do território em que israelenses e palestinos ficariam praticamente com a mesma área territorial. Jerusalém passaria a ser uma cidade de domínio internacional. Os israelenses aceitaram essa proposta, mas os palestinos e árabes, não. Ainda em 1937, a Comissão Peel, criada pelo governo inglês, propôs uma divisão em que aos palestinos eram dados 80% do território, cabendo aos israelenses apenas 20%. Mesmo assim, os israelenses aceitaram a proposta. Os palestinos, não.

Em 1947, depois do genocídio dos judeus, perpetrado pelos nazistas, a ONU pretendeu resolver a situação e fez uma segunda proposta, que logo foi aceita pelos judeus. Os palestinos e a Liga Árabe, mais uma vez, disseram não e declararam guerra aos israelenses. Em 1948, Ben-Gurion declarou o Estado de Israel como independente. Em seguida, os árabes declararam nova guerra aos israelenses.

Em 1967, com a Guerra dos Seis Dias, Israel assumiu os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Em troca de uma trégua e de paz, ofereceu esses territórios conquistados para os palestinos fundarem seu Estado. A Liga Árabe respondeu com os "três não's": não para a paz com Israel, não para o reconhecimento de Israel, e não para negociações com Israel.

Em 2000, nova proposta de partilha do Estado de Israel. O governo de Israel ofereceu, naquela ocasião, toda a Faixa de Gaza, 94% de toda a Cisjordânia e ainda metade de Jerusalém, para que fosse a nova capital dos palestinos. Yasser Arafat recusou a proposta, e nova guerra ou intifada é declarada contra os judeus, durando até 2005. Em 2008, nova proposta é feita e recusada pela Autoridade Palestina. Nessa fase, o Hamas já havia avisado que não aceitaria qualquer que fosse o resultado das negociações.

Em 2006, o Hamas assume o governo da Faixa de Gaza, persegue opositores, coloca toda a população como refém, instala uma ditadura islâmica na região e passa a atacar periodicamente o Estado Judeu. Para os que não entendem o problema com aquela região, é preciso dizer que não existe um Estado Palestino, mas um território completamente dominado pelo terror do Hamas, que usa aquela população como refém e escudo para seus atentados.

## Sorria, você está sendo assaltado

» JOSÉ NATAL  
Jornalista

Está virando paranoia. O medo crescente, a insegurança e a preocupação que as pessoas têm para responder a um e-mail desconhecido e atender a uma chamada do celular cujo nome não consta da agenda são reais. Dar um sim ou um não a um questionamento pelo Whatsapp está levando comunidades e o cidadão comum a um estresse que resvala na quase insanidade. Para o leigo em informática, vítima em potencial mais visada, o tema é assustador. Mas até para os profissionais em tecnologia da informação (TI), a questão invade a chamada área de risco e, em alguns casos, o medo de estar sendo vítima de golpistas é constante.

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo são as cidades preferidas, e cuidadosamente escolhidas, de grupos de marginais tecnologicamente preparados para aplicar toda a ordem de golpes na busca ilegal do dinheiro fácil. Organizados, esses grupos investem, após pesquisas, em classes distintas e de poder aquisitivo robusto. Pilotos de avião, apresentadores de tevê, empresários de renome e profissionais liberais abastecem o público alvo dos golpistas com maior frequência. E o que é pior: muitos desses grupos agem com o respaldo silencioso sabe-se lá de quem, uma vez que as denúncias se amontoam nos órgãos de segurança e as providências, muitas vezes pífias, não levam a lugar nenhum.

Um ex-agente policial, que prefere não se identificar, concorda e justifica a escolha de Brasília, São Paulo e Rio como alvos preferidos desses marginais. Para ele, uma questão simples. Brasília e São Paulo, segundo dados do IBGE, são as cidades cujos habitantes têm o maior poder aquisitivo do país. E o Rio, segundo ele, abriga o maior número de pessoas que não levam a sério as denúncias que recebem. O leitor que avalue por que o carioca pensa assim. Com certa ironia, ou provocação, a fonte avalia também que Brasília tem, no seu viés político, um ingrediente facilitador aos que buscam prosperar nessa atividade ilegal.

Difícil achar culpados nessa rede intrigante de técnicos a serviço do mal espalhados Brasil afora. Mas o fato é que, com medo, inseguro e impotente diante de variadas formas de ataque, o cidadão está diante de uma situação que o constrange mais a cada dia. Não raro, nos deparamos com clientes que desconfiam da própria instituição bancária que o atende. Cidadão que teme fazer denúncias a certos órgão de segurança, uma vez que o vírus da incerteza contamina a todos nós.

Impressiona ouvir relatos de golpes aplicados a pessoas de diferentes níveis sociais, poder aquisitivo ou sabedoria cultural. Por mais que as instituições bancárias, os órgãos de segurança e as entidades do setor façam alertas e passem informações de como evitar

o delito, dia após dia surge um golpe novo, uma malandragem diferente, e lá vamos nós engrossar a fila no corredor dos prejudicados. Os mais experientes, cheios de boas intenções, não se cansam de passar instruções, alertas e caminhos seguros a seguir para que se evite cair nessas redes maléficas que levam ao prejuízo.

Triste constatar que o inimigo silencioso avança a passos largos, e, gostem os combatentes ou não, a verdade é que a tecnologia do mal está alguns metros adiante. O leitor faz, se comprometendo a punir os culpados e evitar que o mal se alastre e contamine privacidades. Se tais providências foram adotadas, nenhum resultado oficial foi divulgado. É fácil deduzir que o CPF e outros dados pessoais de centenas de pessoas caíram em mãos desapropriadas. Isso é fato, negue quem quiser negar. O que se espera das autoridades das áreas de segurança, das pessoas que administram bens e recursos financeiros das pessoas e dos governantes de um modo geral é que se intensifique a fiscalização e aumente o rigor nas medidas de punição a esses indivíduos nocivos à sociedade.

### » A frase que foi pronunciada

“Nós podemos perdoar os árabes por matarem nossos filhos. Nós não podemos perdô-los por forçar-nos a matar seus filhos. Nós somente teremos paz com os árabes quando eles amarem seus filhos mais do que nos odeiam.”

Golda Meir

### Caso de polícia

» O caso do furto de fios dos postes na entrada do trecho 9 na EPPN está mobilizando os moradores da área para sugerir investigação pela polícia. Como o furto é recorrente e sempre no mesmo lugar, parece que há interesse de alguém que aquela entrada permaneça na escuridão.

### » História de Brasília

A ressalva em torno dos frangos foi feita a propósito, porque as autoridades deviam saber que a granja do Torto, onde reside o presidente da República, tem uma excelente criação de frangos, e era quem fornecia para todos os banquetes realizados em Brasília. (Publicada em 27/3/1962)